



COMUNICADO

Reuters>bcp.ls - Exchange>BCP - Bloomberg>bcp.pl
ISIN - PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

31 de outubro de 2022

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de setembro de 2022

Rendibilidade

Modelo de negócio robusto;
crescimento do resultado
operacional *core*

Capital e Liquidez

Posição de capital adequada,
acima dos requisitos
regulamentares; posição de
liquidez reforçada

Evolução do negócio e Qualidade do crédito

Recursos mantêm tendência de
crescimento; carteira de crédito
com crescimento consistente;
níveis de cobertura
confortáveis

- **Resultado líquido** do Grupo de **97,2 milhões de euros**, que compara com 59,5 milhões de euros em setembro de 2021, influenciado por:
 - **Aumento** dos **proveitos core** do Grupo em **24,7%** com custos controlados;
 - Efeitos extraordinários¹ relacionados com o Bank Millennium incluindo encargos de 393,0² milhões de euros associados à carteira de créditos hipotecários em francos suíços, provisões para moratórias de crédito de 304,6 milhões de euros, contribuição de 59,1 milhões de euros para o Fundo de Proteção Institucional polaco e registo da imparidade do *goodwill* do Bank Millennium de 102,3 milhões de euros.
 - Contribuições obrigatórias para entidades nacionais do setor bancário em Portugal de 62,2 milhões de euros;
- **Resultado líquido** de **295,7 milhões de euros** em Portugal, em consequência do crescimento de 9,3% dos proveitos *core*, da redução de 3,4% dos custos operacionais (excluindo itens específicos) e da redução de 11 pb no custo do risco.
- Apesar dos impactos extraordinários registados pelo Bank Millennium, o rácio de **capital total**³ fixou-se em **15,1%** e o **rácio CET1**³ em **11,4%** (**15,7%** e **11,8%**, respetivamente em base *pro forma*⁴, sujeito a autorização do BCE).
- **Níveis de liquidez elevados**, muito acima dos requisitos regulamentares. **Ativos disponíveis para financiamento junto do BCE** de **24,4 mil milhões de euros**.
- **Aumento** do **crédito performing** do Grupo em **1,1**⁵ **mil milhões de euros** face a setembro de 2021 (+1,8 mil milhões de euros excluindo efeito cambial); em Portugal, **crédito performing aumenta 1,4 mil milhões de euros (+3,7%)**. **Redução** dos NPE em Portugal (**0,4 mil milhões de euros**) em contexto adverso.
- **Crescimento** da base de Clientes; **+650 mil Clientes mobile (+20%)**.

¹antes de impostos e int. que não controlam ²inclui provisões, custos com acordos extrajudiciais e consultoria legal ³fully implemented estimado ⁴sujeito à aprovação já solicitada da aplicação do art. 352 (2) da CRR ⁵variação em base *pro forma* (via alienação do Banque Privée).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 4.725.000.000,00 Euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
do Porto com o número único de matrícula e de
identificação fiscal 501 525 882.
LEI: JU1U6SODG9YLT7N8ZV3Z

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço

Telf. +351 211 131 084

investors@millenniumbcp.pt

bernardo.collaco@millenniumbcp.pt

alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns

Telf. +351 211 131 242

Tlm. +351 917 265 020

erik.burns@millenniumbcp.pt

cintia.barbas@millenniumbcp.pt



SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	30 set. 22	30 set. 21 (reexpresso)	Var. 22/21
BALANÇO			
Ativo total	97.169	91.463	6,2%
Situação líquida	5.871	7.358	-20,2%
Crédito a clientes (líquido)	57.010	56.414	1,1%
Recursos totais de clientes	91.069	90.556	0,6%
Recursos de clientes de balanço	75.184	69.863	7,6%
Depósitos e outros recursos de clientes	73.843	68.321	8,1%
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (2)	77,2%	82,6%	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	75,8%	80,7%	
RESULTADOS			
Margem financeira	1.545,8	1.165,0	32,7%
Produto bancário	2.058,0	1.697,5	21,2%
Custos operacionais	787,4	849,3	-7,3%
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	781,4	761,6	2,6%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	241,2	264,0	-8,7%
Outras imparidades e provisões	837,0	462,1	81,1%
Impostos sobre lucros	208,6	141,5	47,5%
Resultado líquido	97,2	59,5	63,4%
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	2,9%	2,5%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	0,0%	0,0%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	0,3%	0,2%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	2,5%	1,4%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	4,2%	2,5%	
Taxa de margem financeira	2,38%	1,91%	
Rácio de eficiência <i>core</i> (2) (3)	36,9%	44,8%	
Rácio de eficiência (2)	38,3%	50,0%	
Rácio de eficiência (2) (3)	38,0%	44,9%	
Rácio de eficiência (atividade em Portugal) (2) (3)	37,4%	43,8%	
Custos com o pessoal / Produto bancário (2) (3)	20,7%	25,2%	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	55	60	
<i>Non-Performing Exposures</i> (crédito) / Crédito a clientes	4,1%	4,9%	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE (crédito)	66,5%	67,9%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	3,6%	4,3%	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	264%	264%	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	153%	147%	
CAPITAL (4)			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	11,6%	11,9%	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	11,4%	11,8%	
Rácio total <i>fully implemented</i>	15,1%	15,2%	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	408	447	-8,7%
Atividade internacional	830	865	-4,0%
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.257	6.511	-3,9%
Atividade internacional (5)	9.404	9.884	-4,9%

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário. Na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com a Union Bancaire Privée, UBP S.A. respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., concretizada no quarto trimestre de 2021, o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo, nos primeiros nove meses de 2021, foi contabilizado como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. Por outro lado, tendo em conta a venda, no final de 2021, de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ("SIM"), através da sua subsidiária BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo referente aos primeiros nove meses de 2021 foi reexpresso, por forma a assegurar a comparabilidade da informação histórica, encontrando-se também refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. e da SIM não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras anteriormente publicadas. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos saldos de balanço destas operações no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos das referidas subsidiárias terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros nesse período.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Exclui itens específicos: impacto negativo de 6,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, sobretudo relacionados com a distribuição de parte dos resultados de 2021 pelos colaboradores do Banco. Nos primeiros nove meses de 2021, o impacto também foi negativo, no montante de 87,6 milhões de euros, maioritariamente relacionados com a constituição de uma provisão para fazer face aos custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal, no montante de 81,4 milhões de euros. Em ambos os períodos, os itens específicos foram integralmente reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal.

(4) Os rácios de capital com referência a 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2021 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos. Os rácios apurados para 30 de setembro de 2022 correspondem a valores estimados, não auditados.

(5) Dos quais, na Polónia: 6.897 colaboradores em 30 de setembro de 2022 (correspondendo a 6.778 FTE - *Full-time equivalent*) e 7.172 colaboradores em 30 de setembro de 2021 (correspondendo a 7.035 FTE - *Full-time equivalent*). Em 30 de setembro de 2021, o número de colaboradores associado à atividade internacional inclui 79 colaboradores afetos ao Banque Privée BCP (Suisse) e 153 colaboradores afetos à SIM naquela data, inexistentes à data de 30 setembro de 2022, na medida em que ambas as operações foram alienadas no final de 2021.

RESULTADOS E ATIVIDADE NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2022

A eclosão da guerra na Ucrânia, decorrente da invasão daquele país por parte da Federação Russa, em finais de fevereiro, marcou decisivamente os primeiros nove meses do ano. Na sequência da crise geopolítica decorrente da invasão da Ucrânia, o Banco agiu em conformidade com as orientações da União Europeia e implementou um conjunto de mecanismos de acompanhamento da situação e de medidas de apoio ao povo ucraniano. A exposição direta do Grupo às economias dos dois países envolvidos no conflito não se afigura material. No entanto, o agravamento das perspetivas para a economia mundial, com o exacerbar das tensões inflacionistas a condicionar o crescimento económico em Portugal e na Europa, a par da elevada incerteza que prevalece quanto ao desfecho do conflito não permitem, nesta fase, excluir liminarmente impactos futuros significativos, que não são neste momento passíveis de previsão ou quantificação.

Na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com a Union Bancaire Privée, UBP S.A. respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., concretizada no quarto trimestre de 2021, o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo, nos primeiros nove meses de 2021, foi contabilizado como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. Por outro lado, tendo em conta a venda, no final de 2021, de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. (“SIM”), através da sua subsidiária BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo referente aos primeiros nove meses de 2021 foi reexpresso, por forma a assegurar a comparabilidade da informação histórica, encontrando-se também refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. e da SIM não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras anteriormente publicadas. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos saldos de balanço destas operações no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos das referidas subsidiárias terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros nesse período. O preço de venda recebido pode ser ajustado positiva ou negativamente, em função de ajustamentos habituais neste tipo de transações, incluindo a variação da situação líquida nas contas finais da companhia na data da transação, e os decorrentes de variações de *stocks* e/ou de fluxos de ativos sob gestão, em datas pré-determinadas e para carteiras pré-estabelecidas. Até setembro de 2022, a rubrica resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação reflete essencialmente um acerto parcial feito nesse contexto.

Durante os primeiros nove meses de 2022, o Grupo liquidou as suas subsidiárias BCP Finance Company e Millennium bcp Bank & Trust.

RESULTADOS

O **resultado líquido** consolidado do Millennium bcp ascendeu a 97,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, que compara com os 59,5 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução do resultado líquido do Grupo reflete o bom desempenho da atividade em Portugal, pese embora o seu impacto tenha sido em grande parte atenuado pela redução do resultado da atividade internacional, nomeadamente o resultado associado à subsidiária polaca.

Nesse sentido, importa referir que, apesar do sólido desempenho operacional demonstrado por esta subsidiária, a evolução do seu resultado encontra-se fortemente penalizada pelo agravamento dos efeitos extraordinários que a

condicionam. Desde logo, destaque para a constituição de provisões, referentes ao reconhecimento antecipado dos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*) promulgado pelo Presidente da República da Polónia no passado mês de julho. Assim, na sequência da assinatura pelo Presidente da República da Polónia e do anúncio no Jornal Oficial da República da Polónia, no mesmo dia, da Lei de 7 de julho de 2022 sobre *crowdfunding* para *business ventures* e assistência a mutuários, introduzindo, entre outros, o acesso a moratórias (*credit holidays*) de até oito meses em 2022-2023 para mutuários de créditos hipotecários denominados em zlóti, o Banco estimou o impacto máximo da implementação desta Lei, se todos os mutuários elegíveis vierem a utilizar este instrumento, tendo reconhecido antecipadamente 80% dos respetivos custos nos resultados do terceiro trimestre de 2022, correspondendo a 304,6¹ milhões de euros. A taxa média de adesão às moratórias no terceiro trimestre foi de 66% e o Banco prevê rever aquele valor no início de 2023, quando já estiver ultrapassada metade do total de prestações passíveis de moratória.

Adicionalmente, o resultado da subsidiária continua a ser penalizado quer pelos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a mesma esteve sujeita, entre as quais se destaca a contribuição para o recém-criado fundo de proteção institucional polaco (IPS - *Institutional Protection Scheme*), no montante de 59,1¹ milhões de euros, quer pelo acréscimo dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, que globalmente evoluíram de 369,3¹ milhões de euros, para 393,0¹ milhões de euros, no período em análise. Por outro lado, não obstante o bom desempenho operacional do Bank Millennium S.A., os fatores de incerteza, nomeadamente os impactos materiais decorrentes de novas medidas legislativas, levaram a que fosse considerada a imparidade total do *goodwill* associado à aquisição pelo Grupo BCP da percentagem de controlo sobre o Bank Millennium S.A. no montante de 102,3¹ milhões de euros a 30 de junho de 2022.

Excluindo os efeitos extraordinários acima referidos, o resultado líquido do Grupo em setembro de 2022 foi de 536,0 milhões de euros, que compara com 238,0 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2021.

Além dos impactos anteriormente mencionados, o desempenho do resultado líquido do Grupo reflete maioritariamente a evolução favorável dos proveitos *core*, que se revelaram 24,7% superiores face aos 1.699,8 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2021, alcançando 2.119,6 milhões de euros no final de setembro de 2022. A subsidiária polaca contribuiu decisivamente para esta evolução, impulsionada pelo aumento registado na margem financeira, a exceder os 70%, sendo também de salientar o bom desempenho dos proveitos *core* na atividade em Portugal e na subsidiária em Moçambique.

Por outro lado, a evolução do resultado do Grupo encontra-se influenciada pela constituição, no segundo trimestre do ano anterior, de uma provisão extraordinária, no montante de 81,4¹ milhões de euros, reconhecida como custos com o pessoal na atividade em Portugal, destinada a fazer face aos custos com o ajustamento do quadro de pessoal levado a cabo pelo Banco nesse ano.

Excluindo os itens específicos², o resultado operacional *core* do Grupo ascendeu a 1.338,3 milhões de euros no final de setembro de 2022, evidenciando um aumento significativo de 42,6% face aos 938,2 milhões de euros alcançados nos primeiros nove meses de 2021, impulsionado pelo aumento dos proveitos *core*. O resultado operacional *core stated* aumentou 56,6% no mesmo período.

¹ Antes de impostos e no caso dos montantes referentes ao Bank Millennium S.A., antes de interesses que não controlam.

² Impacto negativo de 6,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022 e de 87,6 milhões de euros no mesmo período 2021, integralmente reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal, em ambos os períodos. Nos primeiros nove meses de 2022, os itens específicos incluem maioritariamente a distribuição de resultados pelos colaboradores do Banco, a título de compensação pelo ajuste temporário da remuneração. Nos primeiros nove meses de 2021, os itens específicos estão maioritariamente relacionados com a constituição de uma provisão para fazer face aos custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal, levado a cabo nesse ano, no montante de 81,4 milhões de euros.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido ascendeu a 295,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, apresentando um crescimento muito expressivo face aos 115,2 milhões de euros alcançados no período homólogo do ano anterior, impulsionado pelo desempenho favorável da generalidade das rubricas. Merece especial destaque, por um lado, o aumento dos proveitos *core*, refletindo o crescimento quer da margem financeira, quer das comissões líquidas, e por outro, a redução registada nos custos com o pessoal, decorrente, sobretudo, da constituição, no segundo trimestre de 2021, da provisão, no montante de 81,4 milhões de euros, para fazer face aos custos com o plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco levou a cabo nesse ano. Adicionalmente, importa também referir a evolução favorável dos resultados em operações financeiras e das imparidades e provisões, principalmente no que respeita à imparidade do crédito.

A expansão dos proveitos *core*, a par da redução verificada nos custos operacionais, traduziu-se num crescimento de 41,6% do resultado operacional *core* na atividade em Portugal, que evoluiu de 455,0 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2021, para 644,3 milhões de euros no mesmo período de 2022. Excluindo o impacto dos itens específicos², o resultado operacional *core* da atividade em Portugal cifrou-se em 650,4 milhões de euros no final de setembro de 2022, situando-se 19,9% acima dos 542,7 milhões de euros alcançados em igual período de 2021.

Na atividade internacional, o resultado líquido evoluiu de 55,7 milhões de euros negativos nos primeiros nove meses de 2021, para 198,5 milhões de euros também negativos, no mesmo período de 2022. A subsidiária polaca, pese embora o sólido desempenho operacional demonstrado, contribuiu decisivamente para esta evolução, nomeadamente devido à já mencionada constituição de provisões referentes ao reconhecimento antecipado dos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*) promulgado pelo Presidente da República da Polónia no passado mês de julho (304,6 milhões de euros). A taxa média de adesão às moratórias no terceiro trimestre foi de 66% e o Banco prevê rever aquele valor no início de 2023, quando já estiver ultrapassada metade do total de prestações passíveis de moratória. Adicionalmente, o resultado da atividade internacional foi igualmente penalizado, quer pelo agravamento das contribuições obrigatórias a que a subsidiária polaca esteve sujeita (de 72,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, para 121,1 milhões de euros no mesmo período de 2022), quer pelo aumento dos custos associados aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira (de 369,3 milhões de euros, para 393,0 milhões de euros). Nesse sentido, importa referir que o aumento registado nas contribuições obrigatórias reflete essencialmente a contribuição para o recém-criado fundo de proteção institucional polaco (IPS - *Institutional Protection Scheme*), no montante de 59,1 milhões de euros, cujo objetivo é o de garantir a estabilidade do sistema financeiro local, assegurando a liquidez e solvência dos bancos membros, servindo simultaneamente para apoiar situações de reestruturação forçada, realizada pelo Fundo de Garantia Bancária em bancos que sejam sociedades anónimas. No que respeita ao aumento dos custos associados aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira, o mesmo reflete maioritariamente o aumento dos custos suportados com os acordos celebrados pela subsidiária polaca com os clientes detentores de créditos hipotecários em moeda estrangeira, com vista à conversão desses créditos para moeda local ou o seu reembolso (total ou parcial) antecipado, reconhecidos principalmente em resultados em operações financeiras. Apesar das provisões adicionais constituídas para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira pela subsidiária polaca continuarem a representar a parcela mais significativa dos custos globais associados a estes créditos, penalizando fortemente o resultado do Grupo, o montante reconhecido até setembro de 2022 revelou-se inferior face ao montante contabilizado em igual período do ano anterior.

Adicionalmente, o resultado da atividade internacional encontra-se penalizado pela também já referida constituição da imparidade respeitante à totalidade do *goodwill* associado à participação que o Grupo detém no Bank Millennium S.A. (102,3 milhões de euros).

Por outro lado, importa salientar o significativo aumento verificado na margem financeira da atividade internacional, devido sobretudo ao contributo da subsidiária polaca. A evolução da margem financeira na subsidiária polaca ficou a dever-se aos sucessivos aumentos das taxas de juro de referência do banco central da Polónia que se têm vindo a verificar a partir dos últimos meses de 2021, pondo termo ao período de taxas próximas de zero fixadas pelo banco central da Polónia na fase inicial da pandemia e que vinham a penalizar a margem financeira da subsidiária.

Paralelamente, embora com menor expressão, o contributo do Millennium bim em Moçambique para o resultado da atividade internacional também se revelou superior face ao registado nos primeiros nove meses de 2021, pese embora o crescimento verificado se tenha ficado a dever à evolução cambial do metical face ao euro. No que se refere a Angola, o seu contributo para o resultado líquido da atividade internacional, nos primeiros nove meses de 2022, foi negativo em 8,8 milhões de euros, que compara com 11,2 milhões de euros também negativos no período homólogo do ano anterior, com esta evolução a ser condicionada pelo montante da provisão destinada a fazer face aos riscos inerentes ao contexto em que operação angolana desenvolve a sua atividade (5,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022 vs. 9,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021).

O resultado da atividade internacional foi ainda influenciado pelo resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação que evoluiu de 9,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, para 1,5 milhões de euros em igual período do ano corrente. Nos primeiros nove meses de 2021 esta rubrica inclui o contributo da subsidiária suíça, na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com a Union Bancaire Privée, UBP S.A. respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., concretizado no quarto trimestre de 2021, conforme previsto na IFRS 5 (4,7 milhões de euros). Por outro lado, e também de acordo com o previsto na IFRS 5, tendo em conta a venda, no final de 2021, de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ("SIM"), através da sua subsidiária BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo referente aos primeiros nove meses de 2021, no montante de 4,8 milhões de euros, foi reexpresso, por forma a assegurar a comparabilidade da informação histórica, encontrando-se também refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional. Até setembro de 2022, a mesma rubrica totalizou 1,5 milhões de euros incorporando maioritariamente o acerto do preço de venda do Banque Privée, conforme condições previamente acordadas³.

O resultado operacional *core* na atividade internacional cresceu 73,9%, de 395,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, para 687,9 milhões de euros no período homólogo de 2022.

A **margem financeira** alcançou 1.545,8 milhões de euros no final de setembro de 2022, evidenciando um crescimento significativo de 32,7% face aos 1.165,0 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. A evolução favorável da margem financeira foi transversal à generalidade das geografias em que o Banco opera, assumindo maior expressão o crescimento obtido pela subsidiária polaca, a ultrapassar os 70%.

Na atividade em Portugal, a margem financeira situou-se 8,3% acima dos 619,5 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2021, ascendendo a 670,9 milhões de euros, no mesmo período de 2022, refletindo, em larga medida, a evolução favorável do negócio comercial e a gestão da carteira de dívida pública.

³ O preço de venda recebido pode ser ajustado positiva ou negativamente, em função de ajustamentos habituais neste tipo de transações, incluindo a variação da situação líquida nas contas finais da companhia na data da transação, e os decorrentes de variações de stocks e/ou de fluxos de ativos sob gestão, em datas pré-determinadas e para carteiras pré-estabelecidas.

Nesse sentido, salienta-se o aumento do rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes, impulsionado pelo aumento registado nos volumes de crédito. Apesar dos níveis historicamente baixos em que as taxas de juro se têm situado, penalizando a evolução da margem financeira na atividade em Portugal, importa referir os recentes aumentos registados nas taxas de juro que têm vindo a ter um impacto crescente no rendimento gerado pela carteira de crédito *performing*. Por outro lado, a redução do volume de crédito *non-performing* (carteira de NPE), decorrente da estratégia de desinvestimento neste tipo de ativos levada a cabo pelo Banco, nos últimos anos, cumprindo um rigoroso plano de redução, teve como efeito colateral um impacto negativo na margem financeira na atividade em Portugal. Adicionalmente, importa referir o contributo dos recursos de clientes para a evolução da margem financeira, beneficiando ainda das baixas taxas de juro na remuneração da carteira de depósitos observada neste período.

Em contrapartida, destaca-se o aumento significativo dos custos suportados pelo Banco com a liquidez excedentária depositada junto do Banco de Portugal. Paralelamente, registou-se também um impacto negativo resultante da perda de bonificação, a partir de 23 de junho de 2022, associada à taxa de juro aplicada à operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO III).

Por outro lado, merece particular destaque o maior contributo para a evolução da margem financeira, na atividade em Portugal, do rendimento gerado pela carteira de títulos, sobretudo pela carteira de dívida pública, nos primeiros nove meses de 2022, face ao montante reconhecido no período homólogo de 2021. A redução dos custos suportados com a emissão de dívida subordinada também favoreceu a evolução da margem financeira, enquanto os custos suportados com a restante dívida emitida por sua vez, se situaram num patamar superior ao verificado nos primeiros nove meses de 2021. Esta evolução resultou, por um lado, da execução de uma emissão *senior preferred*, no montante de 500 milhões de euros em fevereiro de 2021, e por outro de uma nova emissão, de títulos representativos de dívida social *senior preferred*, também no montante de 500 milhões de euros, colocada ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco, no final do terceiro trimestre de 2021, visando, ambas as emissões, o cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*).

Na atividade internacional, a margem financeira apresentou um crescimento muito significativo de 60,4% face aos 545,5 milhões de euros contabilizados nos primeiros nove meses de 2021, ascendendo a 875,0 milhões de euros no final de setembro de 2022. A subsidiária polaca foi a principal responsável por esta evolução, sendo que a margem financeira na subsidiária em Moçambique também apresentou um desempenho favorável, ainda que com um impacto de menor dimensão e beneficiando da evolução cambial do metical em relação ao euro. Na subsidiária polaca, a margem financeira foi impulsionada pelos sucessivos aumentos das taxas de juro de referência que se têm vindo a verificar a partir dos últimos meses de 2021, pondo termo ao período de taxas próximas de zero fixadas pelo banco central da Polónia na fase inicial da pandemia e que vinham a penalizar a margem financeira da subsidiária. O impacto destes aumentos das taxas de juro fez-se sentir sobretudo na margem do crédito a clientes, que assumiu um papel decisivo na evolução favorável da margem financeira da subsidiária.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira evoluiu favoravelmente de 1,91% nos primeiros nove meses de 2021, para 2,38% registados no mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo desempenho da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira fixou-se em 1,45% nos primeiros nove meses de 2022, mantendo-se em linha com o valor apresentado um ano antes e registando um aumento de 4 pb face a junho de 2022.

Na atividade internacional, a taxa de margem financeira aumentou significativamente de 2,98% nos primeiros nove meses de 2021, para 4,66% no mesmo período do ano corrente, refletindo maioritariamente o impacto da inversão da tendência de evolução das taxas de juro de referência fixadas pelo banco central da Polónia, que após um período de acentuada redução, tem registado sucessivos aumentos desde o último trimestre de 2021.

Os **resultados por equivalência patrimonial** em conjunto com os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, totalizaram 54,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, situando-se 26,2% acima dos 43,0 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo desempenho favorável da atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital totalizaram 54,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, aumentando 24,0% face aos 43,9 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, devido sobretudo ao aumento dos rendimentos recebidos relacionados com os investimentos que integram a carteira de ações na atividade em Portugal. Paralelamente, os resultados por equivalência patrimonial também contribuíram para a evolução favorável deste agregado na atividade em Portugal, ainda que numa dimensão mais reduzida, refletindo essencialmente o aumento dos rendimentos gerados pela participação na Unicre.

Na atividade internacional, a evolução dos resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, de 0,9 milhões de euros negativos nos primeiros nove meses de 2021 para 0,3 milhões de euros também negativos no mesmo período de 2022, beneficiou da apropriação dos resultados gerados pela Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ("SIM"), no montante de 1,4 milhões de euros na sequência da alienação, no final de 2021, pelo BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. ("BIM") à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., de ações representativas de 70% do capital social e direitos de voto da SIM, mantendo o BIM aproximadamente 22% do respetivo capital social. Inversamente, a evolução deste agregado na atividade internacional foi penalizada pela apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico, refletindo os impactos causados pelas debilidades da economia local.

As **comissões líquidas**⁴ apresentaram um crescimento de 7,3% face aos 534,8 milhões de euros registados nos primeiros nove meses de 2021, ascendendo a 573,8 milhões de euros no mesmo período do ano corrente, refletindo em parte a progressiva normalização da atividade económica. Neste contexto, assistiu-se a uma melhoria das comissões bancárias, principalmente no que respeita à atividade em Portugal, mas também na atividade internacional. As comissões relacionadas com os mercados, por sua vez, situaram-se abaixo do montante alcançado nos primeiros nove meses de 2021, com o aumento registado na atividade em Portugal a ser integralmente absorvido pela redução verificada na atividade internacional.

⁴ No decorrer de 2021, foram efetuadas algumas reclassificações contabilísticas, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos, relativos aos primeiros nove meses de 2021, das rubricas objeto de reclassificação, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados em base *pro forma* de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade. Refira-se que, com exceção dos impactos produzidos pela reexpressão do contributo da subsidiária em Moçambique, na sequência da alienação, no final de 2021, da participação que a subsidiária tinha na SIM, o montante total das comissões mantém-se inalterado face ao divulgado em setembro de 2021.

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas cresceram 10,9% face aos 376,6 milhões de euros registados nos primeiros nove meses de 2021, ascendendo a 417,7 milhões de euros no final de setembro do ano corrente, beneficiando do desempenho quer das comissões relacionadas com o negócio bancário, que apresentaram um aumento de 11,4% (36,4 milhões de euros), quer das comissões relacionadas com os mercados financeiros, que se situaram 8,0% (4,7 milhões de euros) acima do montante contabilizado nos primeiros nove meses de 2021. Nesta evolução merece particular destaque o desempenho quer das comissões relacionadas com transferências de valores, quer das comissões de gestão e manutenção de contas refletindo, por um lado a recuperação dos níveis de transacionalidade pós pandemia, e por outro, a dinâmica de aquisição de novos clientes e a gestão adequada das propostas de valor.

Na atividade internacional, as comissões líquidas ascenderam a 156,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, ligeiramente abaixo dos 158,2 milhões de euros apurados no mesmo período de 2021, refletindo a redução verificada na subsidiária polaca, parcialmente mitigada pelo maior contributo da subsidiária em Moçambique. Em ambos os casos, a evolução apresentada foi fortemente influenciada pela evolução cambial das respetivas moedas face ao euro, sendo que a quebra na subsidiária polaca, em zlotis se afigurou pouco expressiva e na subsidiária em Moçambique as comissões expressas em meticais permaneceram estáveis face ao montante apurado nos primeiros nove meses de 2021.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Milhões de euros

	9M22	9M21 (reexpresso)	Var. 22/21
Comissões bancárias	495,3	453,3	9,3%
Cartões e transferências de valores	162,7	131,0	24,1%
Crédito e garantias	108,0	114,4	-5,6%
<i>Bancassurance</i>	89,0	87,3	2,0%
Gestão e manutenção de contas	124,5	110,9	12,2%
Outras comissões	11,2	9,8	14,4%
Comissões relacionadas com mercados	78,5	81,5	-3,6%
Operações sobre títulos	27,4	26,4	3,7%
Gestão e distribuição de ativos	51,1	55,1	-7,2%
COMISSÕES LÍQUIDAS	573,8	534,8	7,3%
das quais:			
Atividade em Portugal	417,7	376,6	10,9%
Atividade internacional	156,1	158,2	-1,3%

Nos primeiros nove meses de 2022, os **resultados em operações financeiras** cifraram-se em 74,9 milhões de euros, revelando-se 4,8% superiores face aos 71,5 milhões de euros alcançados em igual período do ano anterior, com o

aumento resultante do desempenho da atividade em Portugal a ser absorvido quase na íntegra pela redução registada na atividade internacional.

Os resultados em operações financeiras, na atividade em Portugal, ascenderam a 98,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, representando um crescimento significativo de 54,2% face aos 64,1 milhões de euros apurados no mesmo período de 2021. Para esta evolução contribuíram, em larga medida, os ganhos, reconhecidos nos primeiros nove meses de 2022 decorrentes da reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial, que apesar de não serem muito expressivos, contrastam com os custos que haviam sido refletidos na conta de exploração do período homólogo do ano anterior. Da mesma forma, os proveitos reconhecidos nos primeiros nove meses de 2022 com a alienação de créditos também contrastam com os custos apurados no mesmo período de 2021, contribuindo favoravelmente para a evolução registada, que beneficiou ainda do aumento dos resultados em operações cambiais. Inversamente, a evolução dos resultados em operações financeiras na atividade em Portugal, encontra-se penalizada pelos menores ganhos associadas a títulos de dívida pública portuguesa reconhecidos nos primeiros nove meses de 2022 face ao montante contabilizado no período homólogo de 2021.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras evoluíram de um lucro de 7,4 milhões de euros no final de setembro de 2021, para 23,9 milhões de euros negativos nos primeiros nove meses de 2022. Esta evolução ficou a dever-se fundamentalmente ao desempenho da subsidiária polaca, fortemente condicionado pelo aumento dos custos suportados com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos, que se cifraram em 69,9 milhões de euros, face a 47,7 milhões de euros reconhecidos nos primeiros nove meses de 2021.

Os **outros proveitos de exploração líquidos** incorporam, entre outros, os custos relacionados com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, bem como com as restantes contribuições obrigatórias, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional. Nos primeiros nove meses de 2022, os outros proveitos de exploração líquidos cifraram-se em 190,8 milhões de euros negativos, que comparam com 116,8 milhões de euros também negativos apurados no período homólogo do ano anterior, refletindo maioritariamente o aumento dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a subsidiária polaca esteve sujeita.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de 68,6 milhões de euros negativos nos primeiros nove meses de 2021, para 71,3 milhões de euros também negativos no mesmo período de 2022, condicionados pelo aumento de 11,3 milhões de euros registado nos custos suportados com as contribuições obrigatórias, que absorveram na íntegra o aumento expressivo dos ganhos reconhecidos com a alienação de ativos não correntes detidos para venda. Os custos globais reconhecidos com contribuições obrigatórias, na atividade em Portugal, cifraram-se em 88,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022 (77,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021), dos quais 62,2 milhões de euros referentes a contribuições destinadas a entidades nacionais (56,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021).

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos ascenderam a 119,5 milhões de euros negativos no final de setembro de 2022, mais do que duplicando face aos 48,3 milhões de euros também negativos reconhecidos no período homólogo de 2021. Esta evolução foi fortemente condicionada pelo aumento de 48,2 milhões de euros dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a operação polaca esteve sujeita, de 72,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, para 121,1 milhões de euros no mesmo período de 2022. Neste contexto, salienta-se a contribuição para o fundo de proteção institucional polaco (IPS - *Institutional Protection Scheme*), que ascendeu a 59,1 milhões de euros no final de setembro de 2022, inexistente em 2021. Este fundo foi criado com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema financeiro local, assegurando a liquidez e

solvência dos bancos membros, servindo simultaneamente para apoiar situações de reestruturação forçada realizada pelo Fundo de Garantia Bancária em bancos que sejam sociedades anónimas. Nesse sentido, o Banco, em conjunto com as restantes instituições financeiras aderentes, criou uma sociedade que, por sua vez, constituiu um "fundo de proteção" para o qual cada banco contribuirá com o equivalente a 0,4% dos seus depósitos cobertos pelo Fundo de Garantia de Depósitos local. Por outro lado, na sequência da criação desta nova contribuição, em 2022 o Bank Millennium apenas irá suportar os custos com o fundo de garantia de depósitos respeitantes ao primeiro trimestre do ano, que se cifraram em 8,0 milhões de euros (11,5 milhões de euros em setembro de 2021). Adicionalmente refira-se também o aumento dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, decorrente dos acordos firmados com clientes. Os proveitos a receber de entidade terceira, relacionados com os custos suportados com o risco legal relativo aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência do contrato de aquisição do Euro Bank S.A. diminuíram ligeiramente, de 32,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021 para 31,4 milhões de euros no final de setembro de 2022.

Os **custos operacionais**, não considerando o efeito dos itens específicos⁵, totalizaram 781,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, situando-se 2,6% acima dos 761,6 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, sendo esta evolução, em parte, justificada pela subida da inflação observada nas geografias em que o Banco opera. O aumento dos custos na atividade internacional, sobretudo no que respeita aos custos com o pessoal e aos outros gastos administrativos, foi decisivo para a evolução dos custos operacionais do Grupo (excluindo o efeito dos itens específicos), tendo absorvido por completo as poupanças alcançadas na atividade em Portugal, decorrentes da redução dos custos com o pessoal.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais, não considerando o efeito dos itens específicos⁵, apresentaram uma redução de 3,4% face aos 453,5 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2021, cifrando-se em 438,2 milhões de euros no mesmo período de 2022. Os itens específicos reconhecidos nos primeiros nove meses de 2022, respeitam maioritariamente à distribuição de parte dos resultados de 2021 pelos colaboradores do Banco a título de compensação pela redução temporária da remuneração no período 2014/2017, conforme proposta aprovada na Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A, realizada no dia 4 de maio de 2022. Nos primeiros nove meses de 2021, os itens específicos estão sobretudo relacionados com a constituição de uma provisão, no montante de 81,4 milhões de euros, para fazer face aos custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal, que o Banco levou a cabo nesse ano. Neste contexto, refira-se que a evolução favorável dos custos operacionais na atividade em Portugal, excluindo os itens específicos⁵, ficou a dever-se às poupanças obtidas nos custos com o pessoal, decorrentes da implementação do referido plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco levou a cabo em 2021, tendo os outros gastos administrativos sido superiores aos verificados em setembro de 2021, enquanto as amortizações do exercício se mantiveram num patamar semelhante.

Na atividade internacional, os custos operacionais, totalizaram 343,2 milhões de euros no final de setembro de 2022, revelando-se 11,4% superiores face aos 308,2 milhões de euros contabilizados no mesmo período do ano anterior, refletindo, em parte, os aumentos inflacionários registados nos últimos meses, nas geografias onde o Grupo opera. Neste contexto, a evolução dos custos operacionais, na atividade internacional, decorreu do desempenho tanto da subsidiária polaca, como da subsidiária em Moçambique, no último caso, fortemente penalizado também pela evolução cambial do metical face ao euro.

⁵ Itens específicos: impacto negativo de 6,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022 e 87,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, integralmente reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal, em ambos os períodos.

Em termos consolidados, apesar dos custos operacionais, excluindo os itens específicos⁵, se terem revelado ligeiramente superiores face ao montante contabilizado nos primeiros nove meses de 2021, os rácios de eficiência e de eficiência *core*, excluindo os itens específicos, apresentaram uma melhoria significativa, evoluindo respetivamente, de 44,9% nos primeiros nove meses de 2021, para 38,0% nos primeiros nove meses de 2022, e de 44,8% para 36,9% no mesmo período, graças ao aumento registado quer no produto bancário, quer nos proveitos *core*. Os rácios de eficiência e de eficiência *core stated* evoluíram, respetivamente, de 50,0% para 38,3% e de 50,0% para 37,1% no mesmo período.

Os **custos com o pessoal**, não considerando o efeito dos itens específicos (6,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022 e 87,6 milhões de euros no mesmo período do ano anterior), totalizaram 425,8 milhões de euros no final de setembro de 2022, mantendo-se em linha face ao montante contabilizado no período homólogo de 2021. Os itens específicos anteriormente mencionados foram, em ambos os períodos, integralmente reconhecidos na atividade em Portugal, sendo que nos primeiros nove meses de 2022, respeitam quase na íntegra à distribuição de parte dos resultados obtidos em 2021 pelos colaboradores do Banco, conforme proposta aprovada na Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A., realizada no dia 4 de maio de 2022. Nos primeiros nove meses de 2021, os itens específicos estão maioritariamente relacionados com a constituição de uma provisão, no montante de 81,4 milhões de euros, para fazer face aos custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal levado a cabo pelo Banco nesse ano. Pese embora o facto de, em termos consolidados, os custos com o pessoal excluindo os itens específicos, se situarem num patamar semelhante ao verificado no período homólogo do ano anterior, importa salientar a redução alcançada na atividade em Portugal, cujo impacto foi no entanto em grande parte absorvido pelo aumento a que se assistiu na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal, excluindo o impacto dos itens específicos (6,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022 e 87,6 milhões de euros no mesmo período de 2021), evidenciaram uma redução de 7,3% face aos 264,9 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, totalizando 245,5 milhões de euros no final de setembro de 2022. Esta evolução favorável dos custos com o pessoal, excluindo os itens específicos, resultou sobretudo da redução, em termos líquidos, do número de colaboradores, que passou de 6.511 colaboradores em 30 de setembro de 2021, para 6.257 colaboradores no final de setembro de 2022, refletindo essencialmente o impacto da implementação do plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco implementou em 2021 (os custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal foram reconhecidos como itens específicos nos primeiros nove meses de 2021, incluindo maioritariamente a já referida provisão, no montante de 81,4 milhões de euros). Neste contexto importa, no entanto, assinalar que o Banco continuou a dotar-se no sentido de responder às necessidades atuais através da contratação de novos colaboradores com competências específicas no digital e novas tecnologias.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal ascenderam a 180,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, situando-se 10,2% acima dos 163,6 milhões de euros apurados no mesmo período de 2021, devido ao contributo quer da subsidiária polaca, quer da subsidiária em Moçambique. Na subsidiária polaca, a evolução dos custos com o pessoal continuou a ser determinada pela forte pressão sobre os salários base, decorrente quer dos crescentes níveis de inflação, quer das características do mercado de trabalho polaco, nomeadamente das taxas de desemprego muito baixas que se verificam no país. Nesse sentido, como forma de reter e motivar os colaboradores, também os montantes destinados aos prémios pagos aos colaboradores se situaram num patamar superior ao verificado nos primeiros nove meses de 2021. Em contrapartida, a evolução dos custos com o pessoal na subsidiária polaca reflete também o impacto da redução do número total de colaboradores que passou de 7.172 colaboradores (7.035 FTE - *full time equivalent*) em 30 de setembro de 2021, para 6.897 colaboradores (6.778 FTE - *full-time equivalent*) no final de setembro de 2022, fruto da necessidade de acelerar a melhoria de eficiência no âmbito do

contexto desafiante que a subsidiária tem vindo a enfrentar. Na operação em Moçambique, por sua vez, apesar de se ter assistido a uma redução de 122 colaboradores no quadro de pessoal, de 2.629 colaboradores em 30 de setembro de 2021, para 2.507 colaboradores na mesma data de 2022, essa redução ficou a dever-se à alienação, no final de 2021, por parte do BIM - Banco Internacional de Moçambique, de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. (SIM), passando a deter apenas uma participação minoritária de cerca de 22%. Excluindo os 153 colaboradores que no final de setembro de 2021 pertenciam à SIM, o quadro de pessoal da operação moçambicana aumentou 31 colaboradores, o que conjuntamente com a atualização salarial e sobretudo com a evolução cambial do metical face ao euro, justificou o aumento do total de custos com o pessoal face ao período homólogo do ano anterior. Importa referir que na sequência da alienação da SIM, no final de 2021, e de acordo com o disposto na IFRS 5, por forma a assegurar a comparabilidade da informação, os valores históricos desta operação, relativos aos primeiros nove meses de 2021, foram reexpressos, passando a estar refletidos como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação.

O quadro de pessoal da atividade internacional, em 30 de setembro de 2022, era composto por 9.404 colaboradores, menos 480 colaboradores do que os 9.884 colaboradores existentes na mesma data do ano anterior. O Bank Millennium na Polónia foi o principal responsável por esta evolução, ao apresentar uma redução de 275 colaboradores no período em análise. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, reduziu o quadro de pessoal em 122 colaboradores no período em análise, sendo que esta variação se encontra fortemente influenciada pelo impacto da venda da SIM, cujo quadro de pessoal em 30 de setembro de 2021, era composto por 153 colaboradores. Adicionalmente, a evolução do número de colaboradores afetos à atividade internacional reflete também o impacto da alienação da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse), ocorrida no final de 2021, tendo esta subsidiária afetos 79 colaboradores, em 30 de setembro de 2021. Apesar da venda desta subsidiária apenas ter ocorrido no final de 2021, o seu contributo para o resultado consolidado do Grupo, nos primeiros nove meses de 2021, foi contabilizado como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação, na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com a Union Bancaire Privée, UBP S.A., conforme previsto na IFRS 5.

Os **outros gastos administrativos** totalizaram 251,8 milhões de euros no final de setembro de 2022, aumentando 9,3% face aos 230,3 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, fortemente condicionados pelo aumento generalizado da inflação. Esta evolução ficou a dever-se essencialmente ao desempenho da atividade internacional, pese embora os outros gastos administrativos na atividade em Portugal também se tenham revelado superiores face aos registados no mesmo período de 2021.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos cifraram-se em 133,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, situando-se 4,0% acima dos 128,4 milhões de euros registados no mesmo período do ano anterior. Este desempenho deve-se maioritariamente ao aumento, próximo de 90%, registado nos custos relacionados com água, energia e combustíveis, refletindo sobretudo o cada vez mais elevado custo da energia. Paralelamente, o maior investimento por parte do Banco em tecnologia e cibersegurança traduziu-se num aumento dos respetivos custos, nomeadamente no que respeita à manutenção de *hardware* e *software*. Adicionalmente, também se registou um aumento dos custos associados a transportes, *outsourcing*, publicidade e patrocínios e deslocações, estadias e representações, refletindo, em grande parte, os impactos da retoma gradual da atividade económica, influenciada pela evolução favorável da pandemia. Inversamente, refiram-se as poupanças obtidas nos custos suportados com estudos e consultas e com trabalho independente, entre outras. De referir ainda o facto do Banco prosseguir uma gestão disciplinada dos custos, implementando uma série de medidas, entre as quais se salienta o redimensionamento da rede de sucursais na atividade em Portugal, que evoluiu de 447 sucursais em 30 de setembro de 2021, para 408 sucursais no final de setembro 2022, com um impacto na generalidade das rubricas que compõem os outros gastos administrativos.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos ascenderam a 118,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, representando um aumento de 15,9% face aos 102,0 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se ao desempenho quer da subsidiária polaca, quer da subsidiária em Moçambique, com esta última a ser penalizada, acima de tudo, pela evolução cambial do metical face ao euro. Por outro lado, importa referir que a evolução dos outros gastos administrativos, na atividade internacional, continua a beneficiar das sinergias obtidas na sequência da otimização da rede de sucursais verificada sobretudo na subsidiária polaca cujo número evoluiu das 665 sucursais existentes em 30 de setembro de 2021, para 633 sucursais no final de setembro de 2022. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, reduziu o número de sucursais de 199 no final de setembro de 2021 para 197, na mesma data do ano corrente.

As **amortizações do exercício** cifraram-se em 103,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, mantendo-se estáveis (+1,1%) face ao montante contabilizado no mesmo período do ano anterior, com o aumento registado na atividade internacional a ser parcialmente compensado pela redução obtida na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício totalizaram 59,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, situando-se 1,7% abaixo dos 60,2 milhões de euros apurados em igual período do ano anterior, devido sobretudo à redução das amortizações associadas a equipamento informático, pese embora a mesma tenha sido em parte absorvida pelo aumento das amortizações associadas a *software*, decorrente do investimento efetuado pelo Banco ao longo dos últimos anos. O reforço do investimento em *software* evidencia o compromisso assumido pelo Banco com o processo de transformação em curso e a constante aposta na inovação tecnológica, particularmente relevantes no contexto de pandemia que se tem vivido nos últimos tempos.

Na atividade internacional, as amortizações do exercício ascenderam a 44,7 milhões de euros no final de setembro de 2022, situando-se 4,9% acima dos 42,6 milhões de euros registados no período homólogo de 2021. Este desempenho foi determinado pela atividade da subsidiária em Moçambique, refletindo sobretudo a evolução cambial do metical face ao euro, uma vez que em moeda local as amortizações do exercício desta subsidiária revelaram um crescimento pouco expressivo.

CUSTOS OPERACIONAIS (1)

Milhões de euros

	9M22	9M21 (reexpresso)	Var. 22/21
Custos com o pessoal	425,8	428,5	-0,6%
Outros gastos administrativos	251,8	230,3	9,3%
Amortizações do exercício	103,9	102,8	1,1%
CUSTOS OPERACIONAIS	781,4	761,6	2,6%
dos quais:			
Atividade em Portugal	438,2	453,5	-3,4%
Atividade internacional	343,2	308,2	11,4%
Rácio de eficiência <i>core</i> do Grupo	36,9%	44,8%	
Rácio de eficiência do Grupo	38,0%	44,9%	

(1) Exclui o impacto dos itens específicos.

Nos primeiros nove meses de 2022, as dotações para **imparidade do crédito** (líquidas de recuperações) totalizaram 241,2 milhões de euros, situando-se 8,7% abaixo dos 264,0 milhões de euros contabilizados no mesmo período de 2021, beneficiando da evolução favorável registada na atividade em Portugal, atenuada pelo desempenho da atividade internacional.

As dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações), na atividade em Portugal, totalizaram 174,1 milhões de euros no final de setembro de 2022, apresentando uma redução de 14,5% face aos 203,7 milhões de euros reconhecidos no período homólogo do ano anterior.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) situaram-se 11,2% acima dos 60,3 milhões de euros reconhecidos nos primeiros nove meses de 2021, fixando-se em 67,1 milhões de euros no mesmo período de 2022. Esta evolução ficou a dever-se ao maior nível de provisionamento requerido tanto pela subsidiária polaca, como pela subsidiária em Moçambique. De referir, no entanto, que a evolução da imparidade do crédito na operação moçambicana se encontra condicionada pela reversão, nos primeiros nove meses de 2021, da imparidade associada a um cliente individual, motivada pela dação em cumprimento do imóvel em garantia.

A evolução das dotações para imparidade (líquida de recuperações), em termos consolidados, permitiu que o custo do risco do Grupo, líquido de recuperações diminuísse em relação aos 60 pontos base observados nos primeiros nove meses de 2021, fixando-se em 55 pontos base no mesmo período de 2022. Esta evolução beneficiou do desempenho da atividade em Portugal, cujo custo do risco (líquido de recuperações) apresentou uma redução, de 68 pontos base nos primeiros nove meses de 2021, para 57 pontos base no mesmo período do ano corrente. Na atividade internacional, por sua vez, o custo do risco líquido de recuperações sofreu um agravamento, ao evoluir de 44 pontos base para 51 pontos base no período em análise.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 837,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, aumentando muito significativamente face aos 462,1 milhões de euros registados no mesmo período de 2021, fortemente condicionadas pela constituição de imparidades e provisões associadas à atividade da subsidiária polaca.

Neste contexto, destaca-se a constituição de imparidades e provisões, referentes ao reconhecimento antecipado dos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*) promulgado pelo Presidente da República da Polónia no passado mês de julho. Com efeito, na sequência da assinatura pelo Presidente da República da Polónia e do anúncio no Jornal Oficial da República da Polónia, no mesmo dia, da Lei de 7 de julho de 2022 sobre *crowdfunding* para *business ventures* e assistência a mutuários, introduzindo, entre outros, o acesso a moratórias (*credit holidays*) de até oito meses em 2022-2023 para mutuários de créditos hipotecários denominados em zlotis, o Banco estimou o impacto máximo da implementação desta Lei, se todos os mutuários elegíveis vierem a utilizar este instrumento, tendo reconhecido antecipadamente 80% dos respetivos custos, correspondendo a 304,6 milhões de euros, nos resultados do terceiro trimestre de 2022. A taxa média de adesão às moratórias no terceiro trimestre foi de 66% e o Banco prevê rever aquele valor no início de 2023, quando já estiver ultrapassada metade do total de prestações passíveis de moratória.

Por outro lado, não obstante o bom desempenho operacional do Bank Millennium S.A., a repercussão expectável que a subida das taxas de juro de referência tem na evolução prospetiva da margem financeira e o facto de o Bank Millennium S.A. manter recuperável o *goodwill* associado ao negócio de crédito ao consumo adquirido ao Euro Bank S.A., face à sensibilidade da estimativa de valor aos principais pressupostos considerados e à incerteza associada

relativamente aos impactos materiais, no Plano de Negócios e projeções, decorrentes das eventuais medidas legislativas, entendeu-se considerar, a imparidade total do *goodwill* atual associado à aquisição pelo Grupo BCP da atual percentagem de controlo sobre o Bank Millennium S.A. no montante de 102,3 milhões de euros a 30 de junho de 2022.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões apresentaram uma redução de 3,4%, de 103,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, para 99,7 milhões de euros no mesmo período de 2022, refletindo essencialmente a redução da imparidade associada a ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente relacionadas com imóveis em dação.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 737,3 milhões de euros no final de setembro de 2022, mais do que duplicando face aos 358,8 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses do ano anterior. Conforme referido anteriormente, esta evolução reflete sobretudo a constituição de imparidades e provisões associadas à subsidiária polaca, quer no que se respeita ao reconhecimento antecipado dos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*) promulgado pelo Presidente da República da Polónia no passado mês de julho (304,6 milhões de euros), quer à totalidade do *goodwill* referente à participação que o Grupo detém no Bank Millennium (102,3 milhões de euros).

Por outro lado, apesar de continuar a penalizar fortemente o resultado da subsidiária polaca, o reforço da provisão extraordinária, constituída para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, evoluiu favoravelmente face aos 346,3 milhões de euros reconhecidos nos primeiros nove meses de 2021, fixando-se em 323,9 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. Em ambos os períodos, o impacto destas provisões foi mitigado pelo reconhecimento de proveitos, refletidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. (31,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022 e 32,8 milhões de euros no mesmo período de 2021).

As outras imparidades e provisões na atividade internacional beneficiaram também, ainda que numa dimensão mais reduzida, da evolução favorável quer das imparidades para o investimento na participação no Banco Millennium Atlântico (incluindo o *goodwill*), quer das imparidades constituídas na subsidiária em Moçambique, face aos montantes que haviam sido reconhecidos nos primeiros nove meses de 2021.

Os **impostos (correntes e diferidos)** sobre lucros ascenderam a 208,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, montante que compara com 141,5 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, nos primeiros nove meses de 2022, impostos correntes de 75,4 milhões de euros (66,9 milhões de euros no mesmo período de 2021) e impostos diferidos no montante de 133,2 milhões de euros (74,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021).

Os gastos por impostos correntes nos primeiros nove meses de 2022 foram fortemente condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais na subsidiária polaca.

Os gastos por impostos diferidos nos primeiros nove meses de 2022 decorrem do resultado do período da atividade em Portugal e estão influenciados pela não dedutibilidade fiscal de alguns tributos sobre o setor bancário em Portugal.

O resultado antes de imposto do grupo inclui o gasto de 102,3 milhões de euros relativo à imparidade do *goodwill* da subsidiária polaca, o qual não tem impacto ao nível dos impostos correntes e diferidos.

BALANÇO

O **ativo total** do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 97.169 milhões de euros em 30 de setembro de 2022, mantendo a tendência de crescimento apresentada ao longo dos últimos trimestres, ao situar-se 6,2% acima dos 91.463 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior. Esta evolução reflete sobretudo o bom desempenho da atividade em Portugal, uma vez que o ativo da atividade internacional registou uma diminuição.

O desempenho da atividade em Portugal traduziu-se num aumento de 9,6% do ativo total, face aos 65.121 milhões de euros registados no final dos primeiros nove meses de 2021, tendo-se fixado em 71.404 milhões de euros na mesma data do corrente ano. Esta evolução é explicada pelos aumentos das aplicações em Instituições de crédito, sobretudo em Bancos Centrais, de outros ativos (aumento das cauções associadas às câmaras de compensação/*clearing* de derivados) e da carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade). No sentido inverso, verificaram-se reduções nas disponibilidades em Bancos Centrais, na carteira de títulos, sobretudo explicada pelo desinvestimento na dívida pública portuguesa e nos ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente na carteira de imóveis recebidos em dação.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 25.765 milhões de euros em 30 de setembro de 2022, registando uma descida de 2,2% face ao período homólogo (26.342 milhões de euros registados em 30 de setembro de 2021). No que diz respeito à evolução das rubricas de balanço, registou-se um aumento das disponibilidades em Bancos Centrais e das aplicações em outras instituições de crédito que foi mais do que anulado pela redução da carteira de títulos, pela redução da carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade), pelo reconhecimento da imparidade total do *goodwill* associado à aquisição pelo Grupo BCP da atual percentagem de controlo sobre a subsidiária polaca e pelos impactos da desconsolidação da operação na Suíça e da SIM na sequência da alienação destas entidades no final do ano de 2021.

A **carteira de crédito (bruto)**⁶ consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, ascendeu a 58.622 milhões de euros em 30 de setembro de 2022, o que compara com os 57.964 milhões de euros registados no final de setembro do ano anterior, significando um crescimento de 1,1% face ao período homólogo, alcançado sobretudo por via do desempenho da atividade em Portugal, uma vez que a atividade internacional registou uma diminuição.

A evolução da carteira de crédito a clientes (antes de imparidades) na atividade em Portugal registou um aumento de 2,6% face aos 39.998 milhões de euros verificados no final de setembro de 2021, tendo atingido 41.030 milhões de euros em 30 de setembro de 2022. O crescimento líquido da carteira de crédito incorpora, por um lado, o bom desempenho da carteira de crédito *performing*, que aumentou 1.426 milhões de euros entre o final dos primeiros

⁶ Na sequência da alienação da subsidiária suíça ocorrida em 2021, os respetivos valores históricos não estão a ser considerados no âmbito desta análise, por forma a assegurar a comparabilidade da informação.

nove meses de 2021 e 2022 e, por outro lado, uma redução das *non performing exposures* (NPE) de 394 milhões de euros no referido período, mantendo-se assim a estratégia de desinvestimento neste tipo de ativos implementada pelo Banco nos últimos anos.

O crescimento da carteira de crédito a clientes na atividade em Portugal reflete, em grande parte, a expansão do crédito a particulares que evoluiu de 20.225 milhões de euros em 30 de setembro de 2021 para 21.101 milhões de euros no final dos primeiros nove meses de 2022, beneficiando sobretudo do dinamismo do crédito hipotecário mas também do crédito pessoal, embora neste último caso seja um aumento de menor extensão.

O crédito a empresas atingiu 19.928 milhões de euros no final dos primeiros nove meses de 2022, permanecendo quase inalterado face aos valores atingidos no período homólogo (19.773 milhões de euros em 30 de setembro de 2021). No que diz respeito ao crédito concedido pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19 garantidas pelo Estado Português, em 30 de setembro de 2022, o montante total de crédito ascendia a 2.254 milhões de euros, o que compara com 2.632 milhões de euros no final dos primeiros nove meses do ano anterior. No final dos primeiros nove meses de 2022, o montante total de crédito ao abrigo das linhas COVID-19 representava cerca de 5,5% da carteira de crédito total referente à atividade em Portugal.

No que respeita à qualidade da carteira de crédito anteriormente sujeita a moratória, que à data de 30 de setembro de 2022 ascendia a 7.023 milhões de euros (moratórias expiradas), importa salientar que 88% desta exposição correspondia a crédito *performing*. Consequentemente, 12% diziam respeito a *non-performing exposures* (operações classificadas como *stage 3*), o que compara com uma percentagem de exposições não produtivas de 3,7%⁷ ao nível da carteira total.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (bruto)⁶ atingiu 17.593 milhões de euros em 30 de setembro de 2022, situando-se 2,1% abaixo dos 17.966 milhões de euros registados no final dos primeiros nove meses do ano anterior. A subsidiária polaca apresentou uma queda do crédito face a 30 de setembro de 2021, refletindo em parte a redução do crédito hipotecário, como contrapartida da contabilização da provisão para o programa de moratórias (*credit holidays*). Esta evolução encontra-se, no entanto, fortemente condicionada pela desvalorização do zloti face ao euro, uma vez que naquela moeda se assistiu a um aumento dos montantes de crédito no período em análise. Inversamente, a carteira de crédito na subsidiária em Moçambique registou um aumento, ampliado pela valorização do metical face ao euro.

A carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira, que é maioritariamente denominada em francos suíços, continuou a evidenciar uma tendência de descida relevante, passando de 2.364 milhões de euros em 30 de setembro de 2021 para 1.722 milhões de euros em 30 de setembro de 2022, representando 13,6% e 10,2% do montante total do crédito registado no balanço do Bank Millennium e 4,1% e 2,9% da carteira de crédito total do Grupo, no final dos primeiros nove meses de 2021 e 2022, respetivamente.

De salientar que, a carteira de crédito em moeda estrangeira antes das provisões para processos individuais relacionados com crédito à habitação⁸ (as quais ascendem a 459 milhões de euros e a 867 milhões de euros em 30 de setembro de 2021 e 2022, respetivamente), descontada da parcela respeitante ao Euro Bank S.A. (cujo risco se encontra integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de

⁷ Rácio de NPE, medido pelo quociente entre as *non-performing exposures* (apenas exposições incluídas no agregado de crédito a clientes) e o crédito (bruto) total.

⁸ No primeiro semestre de 2021, o Grupo alterou a apresentação das provisões para processos individuais relacionados com crédito à habitação em francos suíços, tendo passado a alocar as provisões para riscos legais futuros e a reconhecê-las como uma redução do valor contabilístico bruto dos empréstimos para os quais é esperada uma redução nos fluxos de caixa futuros de acordo com a IFRS 9.

aquisição daquela entidade) cifrava-se em 2.648 milhões de euros em 30 de setembro de 2021 e em 2.442 milhões de euros em 30 de setembro de 2022, traduzindo uma redução de 7,8% no período em análise.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	30 set. 22	30 set. 21 comparável (1)	Var. 22/21
PARTICULARES	33.852	33.474	1,1%
Hipotecário	27.939	27.498	1,6%
Pessoal	5.913	5.976	-1,0%
EMPRESAS	24.770	24.490	1,1%
Serviços	8.728	8.724	0,1%
Comércio	4.189	4.261	-1,7%
Construção	1.612	1.516	6,3%
Outros	10.241	9.990	2,5%
	58.622	57.964	1,1%
do qual:			
Atividade em Portugal	41.030	39.998	2,6%
Atividade internacional	17.593	17.966	-2,1%
Operações descontinuadas ou em descontinuação (1)	--	372	
TOTAL	58.622	58.336	0,5%

(1) Na sequência da alienação do Banque Privée BCP na Suíça em 2021, procedeu-se à apresentação dos respetivos valores históricos com referência a 2021 numa única linha denominada "Operações descontinuadas ou em descontinuação", de forma a assegurar a comparabilidade da informação.

A **qualidade da carteira de crédito** continua a beneficiar do enfoque na seletividade e monitorização dos processos de controlo do risco de crédito e das iniciativas encetadas pelas áreas comerciais e pelas áreas de recuperação de crédito, no sentido de reduzir o valor do crédito em incumprimento ao longo dos últimos anos.

Com o surgimento do conflito Rússia/Ucrânia, o Banco realizou um conjunto de análises quantitativas e qualitativas para avaliar os potenciais impactos no desempenho da carteira de crédito. Esta avaliação foi realizada, nomeadamente, em Portugal e na Polónia, sendo esta última geografia potencialmente mais exposta aos impactos deste evento, por se tratar de um país vizinho da Ucrânia. Tendo em consideração a incerteza ainda elevada, é difícil determinar as consequências económicas nos negócios do Banco e nas perspetivas de curto/médio prazo das ações militares e sanções impostas à Rússia e à Bielorrússia pelos países ocidentais, designadamente, das restrições aos fornecimentos de energia, nomeadamente fornecimento de gás para a Europa e impactos nas cadeias de distribuição de diversos produtos e *commodities*. No entanto, foram implementados procedimentos de acompanhamento com enfoque nas carteiras identificadas como potencialmente mais vulneráveis, entre os quais destacamos sessões dedicadas da Comissão Executiva do BCP com o objetivo de avaliar os impactos desta crise geopolítica no perfil de risco do banco e comités dedicados ao acompanhamento das exposições a clientes mais vulneráveis.

A qualidade da carteira de crédito continuou a registar uma evolução favorável. Neste contexto o rácio NPE, medido pela percentagem entre as *non performing exposures* e a carteira de crédito total, diminuiu de 4,9% em 30 de setembro de 2021 para 4,1% na mesma data de 2022, devido sobretudo ao comportamento da carteira de crédito

doméstica, cujo rácio NPE fixou-se em 3,7% no final dos primeiros nove meses do ano corrente, o que compara com 4,8% registados no período homólogo do ano anterior.

Quanto aos rácios dos graus de cobertura por imparidades, destacamos a evolução positiva do rácio de cobertura de NPL há mais de 90 dias, que aumentou de 139,3% no final de setembro de 2021 para 182,7% em 30 de setembro de 2022. A cobertura de NPE por imparidade de crédito em Portugal, por sua vez, registou um decréscimo de 3 p.p., tendo atingido 65,9% no final dos primeiros nove meses de 2022, face a 68,6% relevados em igual data do ano anterior.

Ainda no que diz respeito aos rácios de graus de cobertura, destacamos que o grau de cobertura da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira na subsidiária polaca⁹ foi reforçado de 19,5% em 30 de setembro de 2021 para 41,3% em 30 de setembro de 2022.

⁹ Rácio de cobertura medido entre o montante total das provisões constituídas (516 milhões de euros e 1.009 milhões de euros, incluindo quer as provisões constituídas diretamente por redução do valor do ativo, quer as provisões relevadas no passivo, em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, respetivamente) e montante total da carteira antes do abate da respetiva parcela motivada pela constituição de provisões diretamente por via da redução de valor contabilístico bruto dos empréstimos e deduzida do montante total da exposição com origem no Euro Bank S.A. (2.648 milhões de euros e 2.442 milhões de euros em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, respetivamente).

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	30 set. 22	30 set. 21	Var. 22/21	30 set. 22	30 set. 21	Var. 22/21
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	58.622	58.336	0,5%	41.030	39.998	2,6%
Crédito vencido > 90 dias	641	1.008	-36,4%	296	636	-53,5%
Crédito vencido	730	1.129	-35,3%	308	650	-52,6%
Crédito reestruturado	2.093	2.525	-17,1%	1.571	1.996	-21,3%
NPL > 90 dias	882	1.380	-36,1%	446	884	-49,5%
NPE	2.424	2.832	-14,4%	1.537	1.931	-20,4%
Imparidade do crédito (balanço)	1.612	1.923	-16,2%	1.012	1.324	-23,5%
Imparidade NPE (balanço)	1.172	1.464	-19,9%	726	1.010	-28,2%
RÁCIOS EM PERCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,1%	1,7%		0,7%	1,6%	
Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto)	1,2%	1,9%		0,8%	1,6%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	3,6%	4,3%		3,8%	5,0%	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,5%	2,4%		1,1%	2,2%	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	4,1%	4,9%		3,7%	4,8%	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Cobertura do Crédito vencido > 90 dias	251,6%	190,7%		342,1%	208,2%	
Cobertura do Crédito vencido	220,7%	170,3%		328,8%	203,8%	
Cobertura de NPL > 90 dias	182,7%	139,3%		227,1%	149,9%	
Cobertura de NPE	66,5%	67,9%		65,9%	68,6%	
Cobertura específica de NPE	48,3%	51,7%		47,2%	52,3%	
EBA						
Rácio NPE (inclui títulos e extra-patrimoniais)	2,7%	3,3%		2,5%	3,3%	

Nota: os NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no glossário.

Os **recursos totais de clientes**¹⁰ aumentaram 3,5% face ao período homólogo, passando de 88.019 milhões de euros em 30 de setembro de 2021 para 91.069 milhões de euros no final dos primeiros nove meses do ano corrente. Esta evolução reflete o bom desempenho da atividade em Portugal e da atividade internacional, mas neste último caso contribuindo para o referido crescimento numa menor magnitude. No que diz respeito à natureza dos recursos, registou-se um aumento dos recursos de balanço, por contrapartida de uma diminuição dos recursos fora de balanço, mantendo-se a tendência evidenciada nos dois últimos trimestres.

Os recursos de balanço aumentaram de 69.121 milhões de euros em 30 de setembro de 2021 para 75.184 milhões de euros em 30 de setembro de 2022, devido sobretudo à expansão dos depósitos e outros recursos de clientes, que em termos consolidados aumentaram 6.264 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior. Esta evolução reflete sobretudo o desempenho da atividade em Portugal, embora também tenha beneficiado em menor escala do aumento registado na atividade internacional.

Os recursos fora de balanço atingiram 15.885 milhões de euros no final de setembro de 2022, diminuindo 15,9% face ao período homólogo (18.898 milhões de euros em 30 de setembro de 2021) devido às quebras registadas tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os recursos totais cifraram-se em 67.173 milhões de euros em 30 de setembro de 2022, 4,2% acima dos 64.480 milhões de euros registados no final de setembro do ano anterior. Este aumento foi impulsionado pelo desempenho dos recursos de balanço, nomeadamente dos depósitos e outros recursos de clientes, cujo crescimento, face a 30 de setembro de 2021, foi de 5.149 milhões de euros, refletindo o aumento da poupança dos particulares.

Os recursos fora de balanço na atividade em Portugal no final dos primeiros nove meses de 2022 registaram um decréscimo de 2.264 milhões de euros em comparação com o montante alcançado no final de setembro de 2021, sendo esta evolução comum a todos os segmentos de negócios, com a quebra nos seguros de poupança e investimento a ser a mais significativa em termos absolutos.

Na atividade internacional¹⁰, os recursos totais de clientes situaram-se em 23.896 milhões de euros em 30 de setembro de 2022, apresentando um ligeiro aumento de 1,5% em relação aos 23.539 milhões de euros apurados na mesma data de 2021, refletindo principalmente o contributo positivo da subsidiária em Moçambique, em parte anulado pela quebra ligeira verificada na atividade na subsidiária polaca.

Os recursos de balanço na atividade internacional fixaram-se em 22.574 milhões de euros em 30 de setembro de 2022, 5,2% acima dos 21.468 milhões de euros registados no final de setembro do ano anterior, sendo esta evolução explicada pelo crescimento dos depósitos de clientes quer na subsidiária polaca, quer na operação em Moçambique.

Os recursos fora de balanço na atividade internacional registaram um decréscimo de 749 milhões de euros face a 30 de setembro de 2021, tendo-se fixado em 1.322 milhões de euros no final dos primeiros nove meses do ano de 2022. Esta diminuição verificou-se em todos os segmentos de negócio, sendo a quebra nos ativos sob gestão a mais significativa em termos absolutos.

¹⁰ Na sequência da alienação da subsidiária suíça ocorrida em 2021, os respetivos valores históricos não estão a ser considerados no âmbito desta análise, por forma a assegurar a comparabilidade da informação.

Em 30 de setembro de 2022, os recursos de clientes de balanço e os depósitos e outros recursos de clientes, em termos consolidados, representavam 83% e 81% dos recursos totais de clientes (77% e 75% respetivamente em 30 de setembro de 2021, considerando os valores *stated*).

O rácio de transformação (calculado com valores *stated*), no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, situou-se em 77,2% em 30 de setembro de 2022, sendo que o mesmo indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, fixou-se em 75,8%. Ambos os rácios apresentam valores abaixo dos obtidos na mesma data do ano anterior, 82,6% e 80,7%, respetivamente.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	30 set. 22	30 set. 21 comparável (1)	Var. 22/21
			Milhões de euros
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	75.184	69.121	8,8%
Depósitos e outros recursos de clientes	73.843	67.579	9,3%
Débitos para com clientes titulados	1.341	1.542	-13,0%
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	15.885	18.898	-15,9%
Ativos sob gestão	5.071	5.592	-9,3%
Ativos distribuídos	5.166	6.243	-17,3%
Seguros de poupança e de investimento	5.649	7.063	-20,0%
	91.069	88.019	3,5%
do qual:			
Atividade em Portugal	67.173	64.480	4,2%
Atividade internacional	23.896	23.539	1,5%
Operações descontinuadas ou em descontinuação (1)	--	2.537	
TOTAL	91.069	90.556	0,6%

(1) Na sequência da alienação do Banque Privée BCP na Suíça em 2021, procedeu-se à apresentação dos respetivos valores históricos com referência a 2021 numa única linha denominada "Operações descontinuadas ou em descontinuação", de forma a assegurar a comparabilidade da informação.

Em 30 de setembro de 2022, a **carteira de títulos** do Grupo, tal como definida no glossário, ascendeu a 19.536 milhões de euros, evidenciando uma diminuição de 9,6% face aos 21.614 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, o que levou a uma redução do seu peso no ativo total de 23,6% em 30 de setembro de 2021 para 20,1% em 30 de setembro de 2022. A redução observada ficou a dever-se principalmente à diminuição da carteira afeta à atividade internacional que atingiu 4.129 milhões de euros em 30 de setembro de 2022, evidenciando uma diminuição de 28,1% face aos 5.746 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, sendo esta redução justificada pelo desinvestimento em dívida soberana polaca e pelo impacto decorrente da alienação da subsidiária suíça que ocorreu no final de 2021. A carteira afeta à atividade em Portugal passou de 15.868 milhões de euros em 30 de setembro de 2021 para 15.407 milhões de euros em 30 de setembro de 2022, especialmente por via do desinvestimento em dívida soberana portuguesa, na medida em que o investimento na dívida soberana estrangeira foi reforçado face ao período homólogo.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O Grupo melhorou estruturalmente o seu perfil de liquidez, registando, em 30 de setembro de 2022, um rácio de transformação do crédito sobre depósitos, calculado de acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004 (versão vigente) de 77% sendo que em 30 de setembro de 2021 este rácio fixou-se em 83%.

O rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR: *Liquidity Coverage Ratio*), em base consolidada, situou-se em 264% no final de setembro de 2022 (setembro de 2021: 264%), equivalente a um *surplus* de 14,0 mil milhões de euros (setembro 2021: 13,6 mil milhões de euros) para 100% do requisito mínimo regulamentar, suportado em carteiras de ativos altamente líquidos de valor compatível com uma gestão prudente da liquidez de curto prazo por parte do Grupo.

O Grupo reforçou a disposição da base de financiamento estável, caracterizada pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de *funding*, por financiamento colateralizado e por instrumentos de médio e longo prazo, que permitiu que o rácio de financiamento estável (NSFR: *Net Stable Funding Ratio*) apurado em 30 de setembro de 2022 se fixasse em 153% (147% em 30 de setembro de 2021).

No período compreendido entre 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, as posições de liquidez do BCP, Bank Millennium e BIM mantiveram a sua robustez, alicerçada sobretudo no crescimento das respetivas bases de depósitos de clientes. Em consequência, os indicadores de risco de liquidez de cada uma das operações continuaram a cumprir por margem muito confortável todos os mínimos regulatórios e os mais estritos requisitos impostos pelo *risk appetite framework* do Grupo.

O crescimento dos depósitos de clientes foi particularmente significativo na operação em Portugal, onde ultrapassou os 10%, assegurado sobretudo pelo segmento de depositantes de retalho. A principal fonte de financiamento do Banco reforçou assim a sua estabilidade, suportando uma evolução favorável do *gap* comercial, na perspetiva da liquidez.

Ainda em Portugal, no mesmo horizonte temporal e do lado das aplicações de liquidez, ocorreram o reembolso da emissão de obrigações hipotecárias colocada em mercado, no valor de 1,0 mil milhões de euros, e os reforços de 2,4 mil milhões de euros do depósito no Banco de Portugal e de 1,5 mil milhões de euros das contas margem de derivados, cujas necessidades de provisionamento cresceram significativamente após o início da crise na Ucrânia em resultado do aumento das taxas de juro dos *swaps* e da sua volatilidade.

O *buffer* de liquidez disponível para desconto no BCE situou-se em 30 de setembro de 2022 em 23,0 mil milhões de euros, valor inferior ao verificado no final de 2021 (23,8 mil milhões de euros), em razão da desvalorização da carteira de ativos elegíveis para desconto no BCE, do reforço das contas margem de derivados e do reembolso da emissão de obrigações hipotecárias, cujo efeito global excedeu o impacto positivo da melhoria do *gap* comercial. Sublinhe-se, no entanto, que o valor a 30 de setembro de 2022 é materialmente superior ao verificado em período homólogo do ano anterior (21,4 mil milhões de euros), refletindo a solidez da posição de curto prazo do BCP.

De igual modo, no período anual findo em 30 de setembro de 2022, o Bank Millennium e o BIM demonstraram a resiliência das suas posições de liquidez, suportadas em *buffers* robustos descontáveis nos respetivos bancos centrais, com indicadores regulatórios e internos de risco de liquidez posicionados na zona de conforto. No caso da operação na Polónia, tal ocorreu apesar dos efeitos da invasão da Ucrânia, que se consubstanciaram na desvalorização expressiva da carteira de ativos elegíveis e no reforço das contas margem de derivados.

Em termos consolidados, o risco de refinanciamento de instrumentos de médio longo prazo manter-se-á em níveis muito reduzidos nos próximos quatro anos, em valores anuais sem expressão material.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 30 de setembro de 2022 fixou-se em 11,6% em *phased-in* e em 11,4% em *fully implemented*, refletindo uma variação de -24 e de -44 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 11,9% e 11,8% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* no mesmo período de 2021 e acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para o ano de 2022 (CET1 9,156%, T1 11,125% e Total 13,750%). É aguardada a decisão da autoridade de supervisão do pedido de aplicação do artigo 352 (2) da CRR para exclusão do cálculo dos ativos ponderados para risco de mercado de determinadas posições cambiais estruturais para imunização dos rácios regulamentares face a variações das taxas de câmbio. A alteração teria um impacto estimado no rácio CET1 *fully implemented* de +45 pontos base.

A evolução dos rácios de capital no período continuou a ser condicionada significativamente quer pelos impactos no Bank Millennium, relacionados com o aumento do provisionamento para riscos legais associados a créditos em moeda estrangeira e com o novo regime de moratórias sobre crédito hipotecário adotado na Polónia, quer pela diminuição das reservas de justo valor resultante da subida das taxas de juro. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo bom desempenho da atividade recorrente em Portugal. Não obstante, os objetivos de solvabilidade de médio prazo mantêm-se inalterados.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	30 set. 22	30 set. 22 <i>pro forma*</i>	30 set. 21
FULLY IMPLEMENTED			
Fundos Próprios			
<i>Common Equity Tier1 (CET1)</i>	5.235	5.235	5.514
<i>Tier1 (T1)</i>	5.635	5.635	6.047
Fundos próprios totais	6.963	6.963	7.080
Riscos ponderados	45.997	44.249	46.649
Rátios de solvabilidade			
<i>CET1</i>	11,4%	11,8%	11,8%
<i>Tier1</i>	12,3%	12,7%	13,0%
Total	15,1%	15,7%	15,2%
PHASED-IN			
<i>CET1</i>	11,6%	12,1%	11,9%

* Sujeito à aprovação já solicitada da aplicação do artigo 352 (2) do CRR.

Nota: Os rácios de setembro de 2022 e de setembro de 2021 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos.

Os rácios de setembro de 2022 correspondem a valores estimados, não auditados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2022

Nos primeiros nove meses de 2022, o Banco manteve o foco no apoio às famílias e às empresas, em particular junto dos agentes mais afetados pelos efeitos da pandemia COVID-19.

Na sequência da crise geopolítica decorrente da invasão da Ucrânia, o Banco agiu em conformidade com as orientações da União Europeia e implementou um conjunto de mecanismos de acompanhamento da situação e de medidas de apoio ao povo ucraniano.

Decisão do Banco Central Europeu (BCE) no âmbito do *Supervisory Review and Evaluation Process* (SREP) sobre os requisitos mínimos prudenciais que deverão ser respeitados em base consolidada a partir de 1 de março de 2022: CET1 9,16%, T1 11,13% e Rácio de Capital Total 13,75%.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Millennium bcp renovaram a sua parceria de longa data através de um acordo destinado a apoiar PME, empresas de média dimensão e grandes empresas portuguesas através da concessão de uma garantia de 200 milhões de euros que visa mobilizar o financiamento de até 840 milhões de euros.

O Bank Millennium (Polónia) e o Grupo BEI, constituído pelo Banco Europeu de Investimento e o Fundo Europeu de Investimento, uniram-se para apoiar as PME polacas afetadas pela crise provocada pela COVID-19 através de uma garantia de 1,5 mil milhões de zlotis.

O Grupo BCP implementou um conjunto de iniciativas solidárias para apoiar o povo ucraniano na sequência da invasão do país.

Realização no dia 4 de maio de 2022 da Assembleia Geral Anual de Acionistas, com a participação de Acionistas detentores de 64,31% do respetivo capital social, com as seguintes deliberações:

- Aprovação do Relatório de Gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2021 e Relatório do Governo Societário, que inclui capítulo sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização e o Relatório de Sustentabilidade; e aprovação da proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2021;
- Aprovação da política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização; da política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos titulares de funções essenciais; da política de seleção e designação do revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas e de contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos, nos termos da legislação em vigor; e da proposta de alteração do contrato de sociedade;
- Eleição do Conselho de Administração, incluindo a Comissão de Auditoria, e do Conselho de Remunerações e Previdência para o mandato 2022/2025.

O BCP foi notificado pelo Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional, acerca da determinação do requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis (“MREL” ou “*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*”) conforme decisão do Conselho Único de Resolução. A estratégia de resolução aplicada continua a ser a de um ponto de entrada múltiplo (“MPE” ou “*Multiple Point of Entry*”). O requisito MREL a cumprir

pelo grupo de resolução BCP (constituído pelo Banco BCP, S.A., pelo Banco ActivoBank, S.A. e por todas as subsidiárias do BCP, com a exceção do Bank Millennium S.A. e do Banco Internacional de Moçambique e suas respetivas filiais), a partir de 1 de janeiro de 2024 é de:

- 23,81% do montante total das posições em risco (“TREA”) (a que acresce ainda o requisito combinado de reservas de fundos próprios (“CBR” ou “*Combined Buffer Requirement*”) de 3,5%, assim correspondendo a um requisito total de 27,31%); e
- 6,92% da medida de exposição total (“LRE”).

Até à data referida anteriormente o BCP deverá cumprir com um requisito intermédio de:

- 18,09% do TREA (a que acresce ainda um requisito CBR de 3,25%, assim correspondendo a um requisito total de 21,34%); e
- 6,92% da LRE.

Não foi aplicado ao Banco qualquer requisito de subordinação. De acordo com a regulamentação em vigor, o requisito MREL deverá ser anualmente atualizado ou reconfirmado. Os requisitos de MREL comunicados para o grupo de resolução BCP acima descritos estão em linha com o Plano Estratégico 2021-24 e são acomodáveis pelo plano de *funding* em curso. Em 1 de janeiro de 2022, o BCP cumpria com respetivo requisito MREL intermédio fixado para aquela data, tanto em percentagem do TREA (incluindo também o CBR aplicável), como em percentagem da LRE.

Considerando que o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas dispõe que o período máximo de exercício do sócio responsável pela orientação da revisão legal das contas de um auditor é de sete anos e que Paulo Alexandre de Sá Fernandes, ROC n.º 1456, registado na CMVM sob o n.º 20161066, é o sócio da Deloitte & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (“Deloitte”) responsável pela revisão oficial de contas e auditoria do Banco desde 2016, o BCP comunicou em 21 de julho que foi informado pela Deloitte que, a partir desta data, João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC n.º 1129, registado na CMVM sob o n.º 20160741, passou a assumir funções de responsável pela revisão oficial de contas e auditoria externa do Banco Comercial Português, S.A.

Na sequência da receção do ofício do Banco Central Europeu sobre a avaliação da adequação dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria eleitos na Assembleia Geral de Acionistas de 4 de maio de 2022 para o quadriénio 2022/2025, o Conselho de Administração iniciou funções em 5 de setembro de 2022. Clara Raposo e Teófilo da Fonseca, não foram objeto da avaliação de adequação referida, uma vez que comunicaram, por motivos de ordem pessoal, indisponibilidade para integrarem o Conselho de Administração. No dia 11 de outubro, o BCP informou que o seu Conselho de Administração, em conformidade com a lei e com os normativos do Banco relativos ao Planeamento de Sucessão, aprovou nesse dia a cooptação da Prof^ª. Altina Sebastián e do Dr. Pedro Ferreira Malaquias como Administradores não executivos independentes do Banco, preenchendo assim as vagas existentes no Conselho de Administração. A cooptação ficou sujeita à condição suspensiva da obtenção de autorização por parte do Banco Central Europeu para o exercício de funções e será apresentada para ratificação na próxima Assembleia Geral do Banco.

A Agência de Rating Moody's, no âmbito da sua revisão regular, atribuiu notação de *Investment Grade* ao *rating* da dívida sénior *unsecured* do BCP, que passou de Ba1/Prime-2 para Baa3/Prime-2, refletindo a redução do *stock* de *Non-performing assets* (NPA) e a melhoria dos níveis de capitalização nos últimos anos, a melhoria da rendibilidade doméstica, que permite compensar o impacto das provisões para o risco legal na Polónia, bem como o plano de

funding do Banco em execução tendo em vista o cumprimento com o requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis final (“MREL”).

A Agência de Rating Moody’s atribuiu a notação de Baa3, correspondente a *Investment Grade* à dívida *senior non preferred* do Bank Millennium na Polónia, no âmbito do programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN).

A Agência de Rating S&P Global Ratings melhorou o *rating* de longo prazo do BCP em um *notch* para ‘BB+’, mantendo o *Outlook* estável. Esta subida reflete o recente *upgrade* do *rating* soberano, bem como a melhoria do perfil de risco de crédito em função da redução de 40% dos NPE desde 2019 e o facto de ser expetável que as incertezas da situação na Polónia tenham um impacto gerível ao nível da capitalização do Banco. O *Outlook* reflete a solidez da franquia de retalho do Banco que deverá permitir o reforço da rendibilidade doméstica.

A Agência de Rating Fitch procedeu à revisão do *Outlook* do *rating* do BCP de estável para positivo, mantendo a notação do *rating* de longo prazo em BB. A revisão do *outlook* reflete a redução orgânica dos ativos não produtivos desde o final de 2019, bem como a menor incerteza sobre o provisionamento relacionado com os créditos hipotecários em CHF do Bank Millennium.

RECONHECIMENTO EXTERNO

Escolha do Consumidor 2022, na categoria “Grandes Bancos” pelo segundo ano consecutivo.

ActivoBank distinguido com a Escolha do Consumidor, na categoria “Banca Digital”, pelo quarto ano consecutivo.

O Grupo BCP volta a integrar em 2022 o *The Sustainability Yearbook*, publicação editada pela S&P.

Millennium bcp integra o Bloomberg *Gender-Equality Index* pelo terceiro ano consecutivo.

Best Investment Bank, em Portugal, em 2022, pelo quarto ano consecutivo, de acordo com a Global Finance.

Best Foreign Exchange Provider, em Portugal, em 2022, de acordo com a Global Finance.

Millennium bcp vence estatuto Inovadora COTEC pelo segundo ano consecutivo, apoiando mais de 360 Empresas a alcançar o estatuto Inovadora COTEC.

Millennium bcp foi distinguido como *Best Bank for Sustainable Finance* em Portugal em 2022, de acordo com a Global Finance.

Millennium bcp voltou a ser distinguido como uma das empresas líderes no combate às alterações climáticas, segundo o ranking “Europe’s Climate Leaders 2022” publicado pelo Financial Times e Statista.

Melhor Banco Digital (*Best Consumer Digital Bank*), em Portugal, em 2022, de acordo com a Global Finance. Além desta categoria, o BCP venceu ainda em três outras categorias: *The best Information Security and Fraud Management in Western Europe for 2022* (consumer); *The best in Social Media Marketing and Services in Western Europe for 2022* (Consumer) and *The Best Information Security and Fraud Management in Western Europe for 2022* (Corporate).

Bank Millennium eleito *Best Bank* na Polónia em 2022, de acordo com a Global Finance.

Bank Millennium distinguido como melhor Banco Digital na Polónia em 2022, de acordo com a Global Finance.

Bank Millennium distinguido com o Prémio Kantar Polska pela comunicação mais eficaz da marca.

Bank Millennium entre os Melhores Empregadores da Polónia em 2022 de acordo com o *ranking* elaborado pela Forbes Polska e Statista.

Distinção nos Euronext Lisbon Awards com os prémios *Local Market Member in Equity* e *Growing Structured Finance*.

ActivoBank distinguido como *Powerful Brand*, na categoria “Bancos Online”, no estudo conjunto da revista Sábado e Marktest.

Best Trade Finance Provider, em Moçambique, em 2022, de acordo com a Global Finance.

Bank of the Year em Moçambique, em 2022, pela Euromoney.

“Melhor Banco Digital” em Moçambique e “Banco Digital mais inovador de África”, de acordo com a Global Finance.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em **18 de outubro de 2022**, o Banco Comercial Português, S.A. informou que fixou as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial elegível para MREL (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*) ao abrigo do seu *Euro Note Programme*.

A emissão, no montante de 350 milhões de euros, terá um prazo de 3 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final do 2º ano, um preço de emissão de 100% e uma taxa de juro fixa de 8,5%, ao ano, durante os primeiros 2 anos (correspondente a um *spread* de 5,547% sobre a taxa *mid-swaps* de 2 anos). No 3º ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 5,547%.

A elevada procura verificada e o perfil diversificado dos investidores que subscreveram a emissão atestam mais uma vez a capacidade do Banco em aceder ao mercado de capitais, mesmo em contexto de elevada volatilidade e grande incerteza, como o que se tem verificado nos últimos meses.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A subida acentuada da taxa de inflação mundial, que o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que se situe em 8,8% em 2022 e em 6,5% em 2023, e a persistência de um elevado grau de incerteza no domínio geopolítico representam importantes riscos para a atividade económica. Com efeito, o FMI reviu em baixa as suas projeções para o crescimento do PIB global em 2023, de 2,9% para 2,7%, o que o corresponde a um nível de expansão historicamente muito baixo, penalizado pelas perspetivas de um fraco crescimento da economia chinesa (4,4%), da área do euro (0,5%) e dos Estados Unidos (1,0%).

Neste contexto de agravamento das pressões inflacionistas, os principais bancos centrais intensificaram a sua atuação no terceiro trimestre, com a Reserva Federal dos Estados Unidos a subir a sua principal taxa de juro, de 1,75% para 3,25%, e o Banco Central Europeu a aumentar a taxa de juro de referência de 0,0% para 1,25%. Os receios em torno dos riscos recessivos advenientes do atual quadro inflacionista e da subida acentuada dos custos de financiamento refletiram-se num desempenho muito negativo dos mercados financeiros no terceiro trimestre, com reflexo no aumento da volatilidade, na desvalorização dos índices acionistas, na redução dos preços das matérias-primas não energéticas, e num aumento muito significativo das *yields* dos títulos de dívida pública, bem como das restantes taxas de juro de mercado, salientando-se o incremento das taxas Euribor nos vários prazos. No plano cambial, o dólar norte-americano reforçou a sua trajetória de forte apreciação em relação à generalidade das moedas, com destaque para o máximo atingido contra a libra, fortemente penalizada pela incerteza em torno da solidez do programa de estímulo orçamental apresentado por parte do governo britânico no final de setembro.

No segundo trimestre, a economia portuguesa registou um crescimento marginal face ao período anterior (0,1%), o que representa um abrandamento significativo em relação ao observado na primeira metade do ano. O fraco desempenho da atividade é resultado da contração da procura doméstica, que foi, contudo, mitigado pela persistência de um forte dinamismo das exportações associadas ao turismo. No conjunto do ano, o FMI prevê que a economia portuguesa cresça 6,2%, o que pressupõe uma contração do PIB, ainda que limitada, na segunda metade do ano. Em 2023, a previsão é de um crescimento muito moderado (0,7%), penalizado pela persistência de elevados níveis da taxa de inflação (que o FMI estima que se situe em 4,7% em 2023), pelo aumento dos custos de financiamento e pelo abrandamento da procura externa.

Na Polónia observou-se um crescimento do PIB, em termos homólogos, de 4,7% no segundo trimestre de 2022, o que corresponde a uma forte desaceleração face ao trimestre anterior, decorrente do abrandamento da procura interna, principalmente do investimento. Face ao aumento significativo da taxa de inflação, que se situou em 14,8% em agosto, o banco central aumentou a sua taxa de juro de referência de 6,00% para 6,75% no terceiro trimestre. A este quadro acresce a incerteza quanto ao fornecimento de energia nos próximos meses, o que levou o FMI a rever em baixa as suas projeções para o crescimento do PIB da Polónia para 3,8% em 2022 e 0,5% em 2023. Neste contexto, o zloti manteve-se em trajetória de depreciação no terceiro trimestre.

Em Moçambique, o PIB acelerou no segundo trimestre, de 4,1% para 4,6%, em termos homólogos, beneficiando de uma evolução favorável dos preços das matérias-primas e da melhoria da procura externa. Nos próximos trimestres, a economia moçambicana deverá continuar a recuperar, suportada pela execução dos projetos energéticos em Inhambane e na bacia do rio Rovuma e pelo início da exportação do gás liquefeito. O aumento das pressões inflacionistas, que se refletiram numa subida da taxa de inflação anual para 12,1% em agosto, impeliu o banco central a subir a taxa de juro MIMO, de 15,25% para 17,25%. Apesar do contexto externo adverso, o metical manteve-se estável. A economia angolana prossegue igualmente a sua trajetória de recuperação. Com efeito, o FMI projeta um crescimento do PIB de 2,9% e 3,4% em 2022 e 2023, respetivamente. Neste contexto, o kwanza manteve-se estável no terceiro trimestre.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	set. 22	set. 21 (reexpresso)	Var. % 22/21	set. 22	set. 21	Var. % 22/21	set. 22	set. 21 (reexpresso)	Var. % 22/21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	1.545,8	1.165,0	32,7%	670,9	619,5	8,3%	875,0	545,5	60,4%
Rendimentos de instrumentos de capital	9,3	0,9	>200%	8,5	0,1	>200%	0,7	0,8	-3,5%
Resultado de serviços e comissões	573,8	534,8	7,3%	417,7	376,6	10,9%	156,1	158,2	-1,3%
Resultados em operações financeiras	74,9	71,5	4,8%	98,9	64,1	54,2%	(23,9)	7,4	<-200%
Outros proveitos de exploração líquidos	(190,8)	(116,8)	-63,3%	(71,3)	(68,6)	-4,0%	(119,5)	(48,3)	-147,6%
Resultados por equivalência patrimonial	45,0	42,1	6,8%	46,0	43,8	4,9%	(1,0)	(1,7)	41,9%
Produto bancário	2.058,0	1.697,5	21,2%	1.170,6	1.035,6	13,0%	887,4	661,9	34,1%
Custos com o pessoal	431,8	516,1	-16,3%	251,5	352,6	-28,7%	180,3	163,6	10,2%
Outros gastos administrativos	251,8	230,3	9,3%	133,5	128,4	4,0%	118,2	102,0	15,9%
Amortizações do exercício	103,9	102,8	1,1%	59,1	60,2	-1,7%	44,7	42,6	4,9%
Custos operacionais	787,4	849,3	-7,3%	444,2	541,1	-17,9%	343,2	308,2	11,4%
Custos operacionais excluindo itens específicos	781,4	761,6	2,6%	438,2	453,5	-3,4%	343,2	308,2	11,4%
Resultados antes de imparidades e provisões	1.270,6	848,3	49,8%	726,4	494,5	46,9%	544,2	353,7	53,8%
Imparidade do crédito (líquida de recuperações)	241,2	264,0	-8,7%	174,1	203,7	-14,5%	67,1	60,3	11,2%
Outras imparidades e provisões	837,0	462,1	81,1%	99,7	103,3	-3,4%	737,3	358,8	105,5%
Resultado antes de impostos	192,4	122,1	57,5%	452,6	187,5	141,3%	(260,2)	(65,4)	<-200%
Impostos	208,6	141,5	47,5%	157,2	72,0	118,3%	51,5	69,5	-25,9%
Correntes	75,4	66,9	12,6%	16,5	8,3	100,1%	58,9	58,7	0,3%
Diferidos	133,2	74,5	78,8%	140,6	63,7	120,6%	(7,4)	10,8	-168,8%
Resultado após impostos de operações em continuação	(16,2)	(19,3)	15,9%	295,4	115,5	155,7%	(311,7)	(134,8)	-131,1%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	1,5	9,5	-84,5%	-	-	-	1,5	9,5	-84,5%
Interesses que não controlam	(112,0)	(69,3)	-61,7%	(0,3)	0,3	-194,6%	(111,7)	(69,6)	-60,5%
Resultado líquido	97,2	59,5	63,4%	295,7	115,2	156,7%	(198,5)	(55,7)	<-200%
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	97.169	91.463	6,2%	71.404	65.121	9,6%	25.765	26.342	-2,2%
Recursos totais de clientes	91.069	90.556	0,6%	67.173	64.480	4,2%	23.896	26.076	-8,4%
Recursos de clientes de balanço	75.184	69.863	7,6%	52.610	47.653	10,4%	22.574	22.209	1,6%
Depósitos e outros recursos de clientes	73.843	68.321	8,1%	51.269	46.120	11,2%	22.574	22.201	1,7%
Débitos para com clientes titulados	1.341	1.542	-13,0%	1.341	1.533	-12,5%	-	9	-100,0%
Recursos de clientes fora de balanço	15.885	20.693	-23,2%	14.563	16.827	-13,5%	1.322	3.866	-65,8%
Ativos sob gestão	5.071	7.297	-30,5%	4.298	4.398	-2,3%	773	2.899	-73,3%
Ativos distribuídos	5.166	6.333	-18,4%	4.876	5.785	-15,7%	290	548	-47,1%
Seguros de poupança e de investimento	5.649	7.063	-20,0%	5.390	6.644	-18,9%	259	419	-38,2%
Crédito a clientes (bruto)	58.622	58.336	0,5%	41.030	39.998	2,6%	17.593	18.339	-4,1%
Particulares	33.852	33.474	1,1%	21.101	20.225	4,3%	12.751	13.249	-3,8%
Hipotecário	27.939	27.498	1,6%	18.917	18.136	4,3%	9.022	9.362	-3,6%
Pessoal	5.913	5.976	-1,0%	2.184	2.089	4,5%	3.729	3.886	-4,1%
Empresas	24.770	24.863	-0,4%	19.928	19.773	0,8%	4.842	5.090	-4,9%
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Crédito vencido total	730	1.129	-35,3%	308	650	-52,6%	422	479	-11,9%
Crédito vencido há mais de 90 dias	641	1.008	-36,4%	296	636	-53,5%	345	372	-7,3%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes	1,1%	1,7%	0,7%	1,6%	1,6%	2,0%	2,0%	2,0%	
Imparidade do crédito (balanço)	1.612	1.923	-16,2%	1.012	1.324	-23,5%	599	598	0,2%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	2,7%	3,3%	2,5%	3,3%	3,3%	3,4%	3,3%	3,3%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	251,6%	190,7%	342,1%	208,2%	173,9%	160,9%	160,9%		
<i>Stock de Non-Performing Exposures</i>	2.424	2.832	-14,4%	1.537	1.931	-20,4%	888	901	-1,5%
<i>Non-Performing Exposures / Crédito a clientes</i>	4,1%	4,9%	3,7%	4,8%	5,0%	4,9%	4,9%		
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	66,5%	67,9%	65,9%	68,6%	67,5%	66,4%	66,4%		
Crédito reestruturado	2.093	2.525	-17,1%	1.571	1.996	-21,3%	521	529	-1,4%
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	3,6%	4,3%	3,8%	5,0%	3,0%	2,9%	2,9%		
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	55	60	57	68	51	44			

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

	(Milhares de euros)	
	30 setembro 2022	30 setembro 2021 (reexpresso)
Juros e proveitos equiparados	1.878.103	1.253.489
Juros e custos equiparados	(332.272)	(88.515)
MARGEM FINANCEIRA	1.545.831	1.164.974
Rendimentos de instrumentos de capital	9.262	870
Resultados de serviços e comissões	573.803	534.835
Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados	8.000	(20.566)
Ganhos / (perdas) cambiais	30.894	20.895
Resultados de contabilidade de cobertura	(1.506)	4.361
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	22.806	(3.039)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14.744	69.889
Outros proveitos / (custos) de exploração	(201.913)	(121.261)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	2.001.921	1.650.958
Custos com o pessoal	431.821	516.146
Outros gastos administrativos	251.751	230.332
Amortizações	103.856	102.772
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	787.428	849.250
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	1.214.493	801.708
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(246.385)	(266.265)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.763	(7.199)
Imparidade de outros ativos	(138.268)	(41.316)
Outras provisões	(695.325)	(411.331)
RESULTADO OPERACIONAL	136.278	75.597
Resultados por equivalência patrimonial	44.982	42.128
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	11.128	4.424
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	192.388	122.149
Impostos		
Correntes	(75.409)	(66.947)
Diferidos	(133.227)	(74.525)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	(16.248)	(19.323)
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	1.481	9.535
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	(14.767)	(9.788)
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	97.193	59.469
Interesses que não controlam	(111.960)	(69.257)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(14.767)	(9.788)
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0.006	0.003
Diluído	0.006	0.003

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	(Milhares de euros)		
	30 setembro 2022	31 dezembro 2021	30 setembro 2021
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.122.862	7.796.299	5.557.434
Disponibilidades em outras instituições de crédito	346.032	361.786	411.776
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	7.751.515	453.213	664.230
Crédito a clientes	54.902.163	54.972.401	54.900.939
Títulos de dívida	12.585.844	8.205.196	8.364.163
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	1.047.739	931.485	1.063.910
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	914.910	990.938	1.011.557
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7.574.144	12.890.988	13.156.651
Derivados de cobertura	799.496	109.059	86.627
Investimentos em associadas	432.850	462.338	458.275
Ativos não correntes detidos para venda	605.888	780.514	850.803
Propriedades de investimento	12.238	2.870	5.722
Outros ativos tangíveis	574.988	600.721	603.486
Goodwill e ativos intangíveis	157.366	256.213	242.780
Ativos por impostos correntes	12.892	17.283	13.672
Ativos por impostos diferidos	2.970.129	2.688.216	2.651.949
Outros ativos	3.358.370	1.385.292	1.419.011
TOTAL DO ATIVO	97.169.426	92.904.812	91.462.985
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Recursos de instituições de crédito	8.967.315	8.896.074	9.072.047
Recursos de clientes e outros empréstimos	73.842.798	69.560.227	68.320.742
Títulos de dívida não subordinada emitidos	1.091.639	2.188.363	1.745.641
Passivos subordinados	1.331.884	1.394.780	1.205.389
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	246.698	231.241	368.412
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.331.522	1.581.778	1.508.684
Derivados de cobertura	2.258.197	377.206	238.006
Provisões	567.205	458.744	473.769
Passivos por impostos correntes	8.490	20.427	8.469
Passivos por impostos diferidos	11.241	16.932	9.358
Outros passivos	1.641.506	1.116.983	1.154.323
TOTAL DO PASSIVO	91.298.495	85.842.755	84.104.840
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	4.725.000	4.725.000	4.725.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	268.534	259.528	259.528
Reservas e resultados acumulados	(341.210)	580.304	828.967
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	97.193	138.082	59.469
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	5.165.988	6.119.385	6.289.435
Interesses que não controlam	704.943	942.672	1.068.710
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	5.870.931	7.062.057	7.358.145
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	97.169.426	92.904.812	91.462.985

Ativos distribuídos – montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos – títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Cobertura específica de *non-performing exposures* (NPE) - rácio entre a imparidade de NPE (balanço) e *stock* de NPE.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) – crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) – crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito *performing* – crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Crédito vencido – valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) – quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais – custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados – emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial – diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) – imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) – imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) – crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões – imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost to income) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio *loan to value* (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito – recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional *core* (*Core operating profit*) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões – produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura, resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado e resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“*unit linked*”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros nove meses de 2022 e de 2021 não foram objeto de auditoria.